



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROTOCOLO

PROGRAMA BIP/ZIP LISBOA 2013 – PARCERIAS LOCAIS

CANDIDATURA Nº

Em ... de ... de 2013, nesta cidade de Lisboa, o Município de Lisboa, pessoa coletiva de direito público n.º 500051070, com sede na Praça do Município, neste ato representado pela Exma. Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Lisboa, Arquiteta Helena Roseta, com domicílio profissional na Rua do Ouro, n.º 49 – 5º Piso, 1100-060 Lisboa, de harmonia com o disposto na subdelegação de poderes conferida pelo Despacho n.º 26/P/2011, de 7 de Abril, e adiante designado como Primeiro Outorgante;

E

...., n.º de identificação fiscal nº, com sede representada por, na qualidade de promotor(as) da candidatura, adiante designada(s) como Segundo(s) Outorgante(s),

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do Protocolo

1. Constitui objeto do presente protocolo a atribuição de apoio financeiro para a execução do projeto designado por ...-, a realizar pelo(s) Segundo(s) Outorgante(s) no Bairro ou Zona de Intervenção Prioritária – BIP/ZIP - identificado(s) na Carta dos BIP/ZIP aprovada pelas Deliberações n.º



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

616/CM/2010, de 17 de Novembro e 15/AM/2011, de 1 de Março, nos termos da candidatura apresentada ao Programa BIP/ZIP Lisboa 2013 – Parcerias Locais, aprovado pela Deliberação 58/CM/2013, de 30 de Janeiro de 2013.

2.A candidatura nº ... - ... - é anexa ao presente protocolo e faz parte da lista final de candidaturas classificadas, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, através da Deliberação nº ____/CM/2012, de ____ de junho 2013.

Cláusula 2ª

Apoio Financeiro

1. O Primeiro Outorgante atribui ao(s) Segundo(s) Outorgante(s) o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no(s) montante(s) total(ais) de ... Euros (*por extenso*) e *discriminado por entidades se houver mais de uma entidade promotora*), concedido de acordo com o plano de pagamentos previsto da cláusula 3ª.
2. O apoio financeiro referido nos números anteriores é concedido a 100% e destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos para execução da candidatura apresentada pelo(s) Segundo(s) Outorgante(s).
3. Não serão permitidas situações de duplo financiamento das mesmas atividades, não obstante, o(s) Segundo(s) Outorgante(s) podem complementar os projetos para além do limite agora atribuído através de outros apoios, desde que devidamente declarados ao Primeiro Outorgante.
4. Do montante total a atribuir, já mencionado no n.º 1 da presente cláusula, está devidamente dotada e cabimentada, no código A1.04.P002 do Plano de Atividades, na classificação orgânica 13.01 e na(s) rubrica(s) económica



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

08.05.01.01.01 (transferências de capital para Juntas de Freguesia), 04.05.01.01.02 (transferências correntes para Juntas de Freguesia), 08.07.01 (transferências de capital para instituições sem fins lucrativos) e 04.07.01 (transferências correntes para instituições sem fins lucrativos), no Orçamento do Município de Lisboa para 2013, a importância de ...euros (extenso); Os restantes ...euros (extenso) serão garantidos no Orçamento do Município de Lisboa para 2014.

Cláusula 3ª

Plano de Pagamentos

1. O apoio atribuído será concedido em prestações de acordo com o plano de pagamentos que se junta em anexo e faz parte integrante do presente protocolo.
2. A 1ª prestação será atribuída após a celebração do presente protocolo.

Cláusula 4ª

Obrigações do(s) Segundo(s) Outorgante(s)

O (s) Segundo(s) Outorgante(s) obrigam-se a:

1. Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente protocolo;
2. Comunicar antecipadamente, por escrito, à coordenação do Programa BIP/ZIP Lisboa 2013 - Parcerias Locais, a data de início do projeto e de cada atividade; (submeter on-line o percurso de execução do projeto)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

3. Apresentar, de acordo com a exigência do escalão financiamento respetivo, um relatório trimestral dos trabalhos desenvolvidos e/ou um relatório final de prestação de contas e uma avaliação dos resultados;
4. Facultar todos os elementos que venham a ser solicitados pelo Primeiro Outorgante, bem como permitir a fiscalização, vistoria ou auditoria ao desenvolvimento da candidatura financiada, no âmbito do presente protocolo;
5. Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente protocolo;
6. Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
7. Publicitar as ações desenvolvidas no âmbito da candidatura objeto do presente protocolo, fazendo referência expressa ao Programa BIP/ZIP Lisboa 2013 - Parcerias Locais, da Câmara Municipal de Lisboa;
8. Assegurar o acesso do Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual nos termos da legislação em vigor
9. Solicitar autorização prévia à coordenação do Programa, para qualquer alteração do(s) projeto(s) ou atividade(s) aprovado(s) na candidatura;
10. Participar num Workshop de avaliação com todos os promotores das candidaturas BIP/ZIP, com o objetivo de elaborar um relatório global de avaliação do Programa BIP/ZIP Lisboa 2013 – Parcerias Locais.

Cláusula 5ª

Sustentabilidade

Todos os projetos de valor de financiamento superior a 5.000 € ficam obrigados a assegurar, após o termo do prazo estabelecido para a execução do projeto, nos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

termos do cronograma da candidatura apresentado, a continuidade das ações desenvolvidas. Nesses termos, sempre que aplicável, o(s) Segundo(s) Outorgante devem assegurar a continuidade/repercussão das ações desenvolvidas no projeto pelo período de 1 ou 2 anos, conforme se trate de valores de financiamento superiores a 5.000 euros e até 25.000 euros ou superiores a 25.000 euros até ao limite de 50.000 euros, respetivamente. Para esse efeito, o(s) Segundo(s) Outorgante(s) devem disponibilizar ao Grupo de Trabalho do BIP/ZIP, durante o período respetivo, todas as informações que este considere necessárias para o respetivo acompanhamento e monitorização.

Cláusula 6ª

Fiscalização, Vistoria ou Auditoria

As ações realizadas no quadro da candidatura apoiada nos termos do presente protocolo podem ser submetidas a fiscalização, vistoria ou auditoria, a realizar pelo Município de Lisboa.

Cláusula 7ª

Alterações ao projeto/atividade

Mediante autorização do Primeiro Outorgante, poderão ser realizadas alterações aos projetos ou atividades previstas na candidatura, desde que as mesmas não resultem numa alteração substancial ao projeto aprovado, nem aos montantes de financiamento aprovados.

Cláusula 8ª

Incumprimento, Rescisão e Sanções

1. O incumprimento pelo(s) Segundo(s) Outorgante(s) de uma ou mais condições



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

estabelecidas no presente protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos, sem prejuízo das indemnizações que se mostrem devidas.

2. O incumprimento do presente protocolo constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio por parte do(s) Segundo(s) Outorgante(s), num período a estabelecer por deliberação municipal.
3. O incumprimento parcial terá de ser avaliado e justificado e poderá levar à devolução parcial do financiamento, correspondente à parte não realizada.
4. A prestação de contas implica a verificação da adequação entre as ações desenvolvidas a verba efetivamente despendida com as mesmas.
5. A não prestação de contas ou a sua prestação de forma incompleta ou irregular poderão determinar a devolução dos montantes recebidos indevidamente justificados.

Cláusula 9ª

Vigência do Protocolo

O presente protocolo inicia-se com a sua celebração e caduca com o cumprimento das obrigações das partes.

Cláusula 10ª

Disposições Finais

1. As regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2013 – Parcerias Locais, o plano de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

atividades aprovado e outros elementos da candidatura aprovada fazem parte integrante do presente protocolo, bem como o compromisso celebrado entre o(s) Segundo(s) Outorgante(s) e os parceiros da candidatura.

2. Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente protocolo, deverá ser resolvido por despacho da Vereadora da Habitação e Desenvolvimento Social ou por deliberação municipal, se for caso disso.

O presente protocolo é feito em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

ANEXOS

Anexo 1 – Formulário de candidatura

Anexo 2 – Declaração de compromisso

Anexo 3 – Plano de pagamento

Assim o disseram e outorgaram

Pelo Primeiro Outorgante

Pelo(s) Segundo(s) Outorgante(s)
